



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – EAD**

FRANCISCO NUNES NOGUEIRA JÚNIOR

**OS FATORES DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL SOBRE A VIDA
FINANCEIRA DE USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DE UM BAIRRO DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE.**

REDENÇÃO – CEARÁ

2022

FRANCISCO NUNES NOGUEIRA JÚNIOR

**OS FATORES DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL SOBRE A VIDA
FINANCEIRA DE USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DE UM BAIRRO DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração Pública na modalidade a
distância, da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Administração
Pública

Orientadora: Profa. Dra. Antonia Márcia
Rodrigues Sousa

REDENÇÃO – CEARÁ

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Nogueira Júnior, Francisco Nunes.

N778f

Os fatores do programa auxílio Brasil sobre a vida financeira de usuários: um estudo de caso de um bairro do município de Aracoiaba-Ce / Francisco Nunes Nogueira Júnior. - Redenção, 2022.

57f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Antonia Márcia Rodrigues Sousa.

1. Programas Sociais. 2. Aracoiaba. 3. Políticas Públicas. I.
Título

CE/UF/BSCA

CDD 351

FRANCISCO NUNES NOGUEIRA JÚNIOR

**OS FATORES DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL SOBRE A VIDA
FINANCEIRA DE USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DE UM BAIRRO DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Data: 21/05/2022

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr.^a Antonia Márcia Rodrigues Sousa (Orientadora)

Prof. Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Prof. Dr.^a Maria Aparecida da Silva

Dedico este trabalho primeiro de tudo a Deus, por ser meu condutor em todos os momentos. Ao meu pai Francisco, a minha mãe Leonice, minha esposa Andressa, e aos meus irmãos pelo imenso apoio e incentivo durante todo o meu percurso na Universidade, contribuindo para que eu conseguisse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por estar comigo em todos os momentos me protegendo e propiciando grandes vitórias em minha vida.

Aos meus pais Francisco e Leonice por todo empenho que tiveram na minha educação e no meu desenvolvimento como pessoa, sempre me incentivando e confiando na minha capacidade.

A minha esposa Andressa por estar sempre ao meu lado me motivando e fazendo o possível para que eu conseguisse chegar ao meu objetivo.

À UNILAB, por todo o aprendizado que me proporcionou. As professoras Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado e Dr.^a Maria Aparecida da Silva pelas sugestões que me deram, em especial na fase final da minha graduação.

A minha orientadora Profa. Dra. Antonia Márcia Rodrigues Sousa por toda a sua atenção comigo, sempre dirimindo minhas dúvidas no momento de dificuldades.

E a todos que contribuíram de maneira direta e indireta para a realização desta conquista.

“Confie no SENHOR de todo o teu coração e não se apoie na sua própria inteligência. Em tudo o que fizer, procure a sabedoria, e ela o guiará durante toda a sua vida”.

Provérbios 3:5,6

“Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível”.

Charles Chaplin

RESUMO

Recentemente foi implementado no país o novo programa de transferência de renda (PTR) chamado Auxílio Brasil (PAB), trazendo juntamente com isso vários questionamentos se ele realmente traria resultados positivos na vida de seus usuários. Sendo assim, este estudo de caso teve como objetivo geral identificar os principais fatores do Programa Auxílio Brasil sobre a vida financeira de usuários residentes no Bairro Encosta de Baixo, no Município de Aracoiaba-CE, em outras palavras, saber se o referido programa tem auxiliado na solução de dificuldades financeiras dos referidos usuários. Utilizou-se na metodologia deste estudo de caso a abordagem qualitativa, na qual foi usado como instrumento de coleta de dados o questionário. Pôde-se averiguar com os principais resultados extraídos da pesquisa que há opiniões divergentes entre usuários residentes no Bairro Encosta de Baixo em relação ao PAB, ou seja, a maior parte dos usuários demonstraram um nível de satisfação razoável com o presente programa, dizendo que o benefício ajuda com compras para o lar, porém outros relataram que o programa não traz boas contribuições para com suas vidas, sendo citado com exemplo disso o aumento da inflação monetária. Concluiu-se então, que o Programa Auxílio Brasil é uma ferramenta que pode considerada razoável para a auxiliar os usuários em suas dificuldades financeiras, porém era importante que o programa fosse aperfeiçoado e que, unido a isto, o estado pudesse oferecer aos usuários do PAB bons empregos, juntamente com uma inflação estabilizada de modo que estes possam chegar à emancipação do programa, para que possam desfrutar de uma forma mais digna suas vidas.

Palavras-chave: Programa Auxílio Brasil, Aracoiaba, Encosta de Baixo, Programas de Transferência de Renda

ABSTRACT

The new income transfer program (PTR) called Auxilio Brasil (PAB) was recently implemented in the country, bringing with it several questions as to whether it would really bring positive results in the lives of its users. Therefore, this case study had the general objective to identify the main factors of the Auxílio Brasil Program on the financial life of users residing in the Encosta de Baixo Neighborhood, in the Municipality of Aracoiaba-CE, in other words, to know if the referred program has helped in the solution of financial difficulties of the referred users. The qualitative approach was used in the methodology of this case study, in which the questionnaire was used as a data collection instrument. It was possible to verify with the main results extracted from the research that there are divergent opinions among users residing in the Encosta de Baixo neighborhood in relation to the PAB, that is, most users showed a reasonable level of satisfaction with the present program, saying that the benefit helps with purchases for the home, but others reported that the program does not bring good contributions to their lives, with the increase in monetary inflation being cited as an example. It was then concluded that the Programa Auxilio Brasil is a tool that can be considered reasonable to help users in their financial difficulties, but it was important that the program was improved and that, together with this, the state could offer PAB users good jobs, together with a stabilized inflation so that they can reach the emancipation of the program, so that they can enjoy their lives in a more dignified way.

Keywords: Brazil Assistance Program, Aracoiaba, Encosta de Baixo, Income Transfer Programs

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos repassados pelo Governo Federal ao PBF em 2019.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição da Equipe de Referência do CRAS.....	24
Quadro 2 – Composição da Equipe Volante.....	25
Quadro 3 – Tipos de benefícios do PBF e suas principais características.....	32
Quadro 4 – PAB – Benefícios Financeiros.....	36
Quadro 5 – PAB – Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva.....	37
Quadro 6 – Levantamento sobre o PAB em Aracoiaba-CE.....	41
Quadro 7 – Perfil dos participantes e suas principais características.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos participantes da pesquisa.....	45
Gráfico 2 – Responsáveis familiar pelo recebimento do PAB.....	46
Gráfico 3 – Nível de satisfação dos participantes após o recebimento do PAB.....	46
Gráfico 4 – Finalidade do PAB segundo os participantes da pesquisa.....	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAB	Programa Auxílio Brasil
PAS	Programas de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PBE	Programa Bolsa Escola
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNRM	Programa Nacional de Renda Mínima
PGRFM	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PTR	Programas de Transferência de Renda
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	18
2.1 Breve histórico da Assistência Social no Brasil	18
2.2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	22
3 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	27
3.1 Programa Bolsa Família: origem e definição.....	27
3.2 Programa Bolsa Família: objetivos, gestão e cobertura	28
3.3 Programa Bolsa Família: benefícios oferecidos e forma de entrega.....	31
3.4 Programa Bolsa Família: condicionalidades e focalização	33
3.5 Programa Auxílio Brasil	35
4 METODOLOGIA.....	38
4.1 Caracterização da pesquisa	38
4.2 Local da pesquisa.....	39
4.3 Técnicas de coleta de dados e público participante da pesquisa	39
4.4 Técnica de análise de dados	40
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5.1 Dados do PAB no Município de Aracoiaba.....	41
5.2 Perfil dos usuários do PAB no Bairro Encosta de Baixo	42
5.3 Análise de indicadores e resultados do PAB no contexto de seus usuários	45
5.4 Nível de contribuição do PAB sobre a vida dos usuários e suas famílias.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	55

1 INTRODUÇÃO

Durante a história do Brasil nunca houve direitos e garantias relacionados à assistência social, pois antigamente, esta era tratada de maneira eventual e voluntarista, sendo promovida por entidades como a igreja católica e organizações filantrópicas (BOAS, 2015). Somente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 que a assistência social passou a ser considerada uma política pública de estado, buscando assim solucionar as necessidades mais básicas daqueles que são desamparados (LAURINDO, 2009).

Deve-se destacar que o artigo 203 da Constituição Cidadã ressalta que a assistência social deverá ser prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuir ou não para a seguridade social, já o artigo 204, dispõe que as ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social (BOAS, 2015; BRASIL, 1988).

De acordo com Boas (2015), os artigos da CF/88, citados no parágrafo anterior, serviram como base para a criação da lei nº 8.742/93, mais conhecida como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Depois de sancionada a referida lei, foram iniciados debates entre políticos e especialistas com o objetivo de que fossem implantados no Brasil Programas de Transferência de Renda (PTR).

Com base no exposto, a partir de 2003, o Estado passou a intervir mais na economia, com o objetivo de distribuir renda, e foi nesta conjuntura que surgiu o Programa Bolsa Família (PBF) (ORTIZ; CAMARGO, 2016). O PBF foi uma política pública de transferência de renda condicionada que tinha por objetivo diminuir a pobreza e a desigualdade, provendo incentivos financeiros às famílias, de modo que as mesmas tivessem a possibilidade de sair da pobreza e que, conseqüentemente, não tenham mais dependência desta política pública (ROMERO; HERMETO, 2009; BRASIL, 2004).

O Governo Federal extinguiu recentemente o PBF no fim de 2021, e criou o Programa Social chamado Auxílio Brasil. O mais novo programa também é considerado uma política transferência de renda condicionada que busca emancipar famílias que vivam em situação de vulnerabilidade, porém conta com algumas características diferenciadas do programa anterior (BRASIL, 2004; 2021a).

O PAB, assim como o PBF, não foi integrado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como programa de assistência social, mas pode-se dizer que está inserido

no âmbito da política de assistência social, pois é operacionalizado e ofertado em grande parte pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (LAURINDO 2009; BRASIL, 2005).

Criado em 2003, O CRAS é uma unidade pública estatal municipal responsável por desenvolver, planejar e executar políticas de assistência social. O CRAS deve seguir os ditames do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, com isso, acolher e dar suporte às demandas de famílias em áreas de vulnerabilidade e risco social, sendo que esse acolhimento e suporte pode ser feito em bairros que estejam tanto em zona urbana quanto em zona rural de muitos municípios (BRASIL, 2009; CRUZ, 2009).

Diante de tudo que foi exposto, a presente pesquisa busca conhecer mais sobre o Programa Auxílio Brasil e responder à seguinte pergunta problema: Quais os principais fatores do PAB sobre a vida financeira de usuários residentes no bairro Encosta de Baixo no Município de Aracoiaba-CE? Em resumo, é essencial saber se esta política pública de assistência social está cumprindo seus propósitos no que diz respeito aos moradores do referido bairro, portanto, tudo isto será analisado durante este estudo.

O objetivo geral deste trabalho é identificar os principais fatores do PAB sobre a vida financeira de usuários residentes no bairro Encosta de Baixo, no Município de Aracoiaba-CE, em outras palavras, saber se o referido programa tem auxiliado na solução de dificuldades financeiras dos referidos usuários.

No que se refere aos objetivos específicos, a pesquisa visa ainda:

- Apresentar indicadores do PBF;
- Traçar um perfil dos usuários do PAB; e
- Analisar os principais indicadores e resultados do PAB no contexto de seus usuários.

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório e descritivo, pois visa identificar os principais fatores do PAB sobre a vida financeira de usuários residentes no bairro Encosta de Baixo no Município de Aracoiaba-CE. A abordagem empregada do presente trabalho é a qualitativa. Quanto ao tipo, esta pesquisa é classificada como estudo de caso. Com isso, fica claro que este método de pesquisa possibilita fortemente que a mesma chegue aos seus objetivos, dado que é um estudo em que a realidade é observada na prática pelo pesquisador.

É fundamental ressaltar a importância do tema proposto, pois a presente pesquisa pode contribuir para melhorias na gestão de um programa social, pois para Monteiro, Ferreira e Teixeira (2009), é preciso aprimorar a gestão deste tipo de política pública de

modo que a mesma possa ser mais eficaz e que possa trazer maiores benefícios ao seu público-alvo.

Além desta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado em mais cinco partes. Na primeira parte será feita uma abordagem sobre a assistência social brasileira, realizando um breve histórico da assistência social no Brasil, e logo depois será realizado um pequeno estudo sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Na segunda parte será tratado sobre transferência de renda no Brasil, mais especificamente abordará sobre as principais características do Programa Bolsa Família, que estará dividida em quatro partes: origem e definição; objetivos, gestão e cobertura; benefícios oferecidos e forma de entrega; condicionalidades e focalização, e por último tratará sobre o Programa Auxílio Brasil e suas atribuições mais importantes.

A terceira parte discorrerá sobre como foi feita a metodologia deste estudo, desde a caracterização da pesquisa até a técnica de análise de dados. Na penúltima parte será apresentado os resultados e discussões, já na última parte será feita as considerações finais.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

2.1 Breve histórico da Assistência Social no Brasil

Segundo a literatura, a Assistência Social no Brasil passou por várias fases para chegar ao que é hoje. É importante dizer que precisou passar várias décadas para que a mesma chegasse a ter uma lei própria e também ser colocada na Constituição Federal, de modo que com isso, a população tivesse mais direitos à cidadania (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

De acordo com estudos anteriores, pode-se dizer que o momento de maior destaque para assistência social no país iniciou-se a partir do ano de 1890 até o processo de criação do Sistema Único da Assistência Social, em 2005. Durante o processo de desenvolvimento do país, houve esforços e mudanças para que a assistência social chegasse no que é hoje, e isso será mostrado nos parágrafos posteriores (CRUZ, 2009; LAURINDO, 2009).

No ano de 1890, o primeiro passo para implementação da política de assistência social foi o surgimento da primeira legislação sobre o assunto, entretanto, a mesma só tinha o objetivo de trazer proteção social às crianças que eram abandonadas do trabalho infantil (LAURINDO, 2009).

Esta primeira lei que foi instituída era muito limitada, pois de acordo com estudiosos neste tema, no país a assistência social passou anos sendo executada pela Igreja Católica e entidades filantrópicas, estas prestavam serviços de maneira solidária à cidadãos que necessitavam. Os serviços assistenciais no Brasil, eram praticados com base na caridade, e a pobreza até o ano de 1930 era vista como uma doença, sendo que pessoas nesta situação social eram asilados ou até mesmo internados (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

No ano de 1938, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, conhecido na época também como CNSS. É preciso acrescentar que o presente conselho não teve atuação, sendo este apenas um manipulador das verbas do governo. Somente anos depois que as funções da CNSS começaram a ser exercidas pela LBA (BOAS, 2015; SANTOS 2012).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), surgiu no ano de 1942, sendo considerada como um marco para a história da assistência social brasileira, pois a partir

disso a mesma começou a ter destaque no país. O presente órgão era coordenado pela Primeira Dama Darcy Vargas juntamente com outras Primeiras Damas (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

Naquela época, o mundo ainda estava em plena Segunda Guerra Mundial e a LBA foi criada para ajudar as famílias dos soldados que iam para a guerra. Então, logo depois, o órgão estendeu esta contribuição à população de baixa renda, contribuição esta, que vinha através de parcerias entre o governo federal juntamente com entidades assistenciais privadas, portanto, as ações do referido órgão eram desenvolvidas com base na caridade (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

Décadas depois, no primeiro mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram realizadas algumas mudanças na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, então, como consequência disso, a LBA teve que ser extinta em 1995 (BOAS, 2015).

No ano de 1946, o Brasil promulgou sua nova constituição, porém não oferecia direitos assistenciais obrigatórios a toda população. Primeiramente porque a constituição daquela época dava direitos de assistência aos trabalhadores que contribuía com a previdência, e esta assistência se estendia também aos seus descendentes (LAURINDO, 2009).

Entre os direitos garantidos aos trabalhadores, estavam a expansão de assistência médica, juntamente com outros auxílios. Porém aqueles que eram desempregados, o texto constitucional não obrigava o Estado a dar assistência aos mesmos, sendo que isto perdurou até o fim dos anos 70 (LAURINDO, 2009).

Nos anos de 1970, iniciou-se a ideia do direito de cidadania, pois havia o entendimento de que deveria ser mudado o método de assistência da Constituição de 1946, portanto, os direitos assistenciais não deveriam ser só para aqueles que trabalhassem, mas que deveriam ser oferecidos a todos que precisassem dessa política como direito de cidadania (LAURINDO, 2009).

Apesar desse novo entendimento que surgiu, não houve mudanças neste sentido, pois até a segunda metade dos anos 80 a assistência social no Brasil ainda era oferecida como um favor e ligada à ideia de caridade, e então somente com a mais nova e recente Constituição que foi promulgada no final da daquela década que houve mudanças consideráveis no campo da assistência social (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

Promulgada em 5 de outubro, a CF/88 surgiu para ser um marco de direitos e garantias fundamentais para todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no

Brasil e, no que se refere à assistência social, não é diferente, pois no texto constitucional garante a todos juntamente com a mesma, a seguridade social, políticas de saúde, e previdência (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009; BRASIL, 1988).

O trecho da constituição cidadã que dar maior destaque a assistência social é o artigo 203, mencionando que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 65).

Algo que a literatura destaca, é que depois da promulgação da Carta Magna de 88, expandiu-se melhores horizontes relacionados a política assistencial. O que demonstra isto é que em 1993 foi regulamentada a Lei nº 8.742, também chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009; BRASIL, 1993).

O texto da LOAS expõe princípios, diretrizes, objetivos, e como deverá ser realizada a forma de financiamento da assistência social, sendo que é essencial que gestores públicos cumpram corretamente a referida lei, fazendo assim com que os recursos providos para assistência social sejam administrados com eficiência e eficácia (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009; BRASIL, 1993).

Unido ao que foi citado, a presente lei destaca que a assistência social no país é um direito do cidadão e dever do Estado, e nela são discriminados vários benefícios, projetos e serviços que devem ser ofertados. O propósito é fazer com que o usuário seja atendido da melhor maneira possível, ou então que possa ser garantido mínimos sociais, prestando assim atendimento às suas necessidades básicas (LAURINDO, 2009; BOAS, 2015; BRASIL, 1993).

A partir dos anos 2000 houve mais avanços, pois o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 2004 aprovou, naquele ano, o texto melhorado da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo tudo isto previsto na LOAS. A PNAS foi igualmente aprovada pelo então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, através da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 com o objetivo de redesenhar a política de assistência social no país (SANTOS 2012; BRASIL, 1993; 2005).

De acordo com Brasil (2005), a PNAS traz um texto robusto, com bases, objetivos e diretrizes da política de assistência social na busca de ampliar serviços assistenciais a todo o seu público-alvo. É bom destacar que os usuários a serem atendidos, também são citados no documento da PNAS:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p. 31).

É válido salientar que a busca pela aprovação do documento da PNAS teve como objetivo principal implementar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e isto findou sendo alcançado, pois o Sistema foi aprovado naquele mesmo ano, e continua com um amplo funcionamento até os dias de hoje (BOAS, 2015; SANTOS, 2012; BRASIL, 1993).

O SUAS foi fundado para organizar a gestão da política de assistência social do país, este busca colocar em prática o que a CF/88 e a LOAS propõem, para que assim seja consolidado direitos de cidadania e inclusão social a todos os cidadãos, de modo que a assistência social brasileira não seja como outrora, ou seja, ligada a filantropia e a caridade (BOAS, 2015; SANTOS, 2012; BRASIL, 2005).

Todos os objetivos do SUAS estão escritos no art 6º da LOAS, porém pode-se dizer sinteticamente que o referido sistema é responsável por consolidar, vigiar e estabelecer a gestão da assistência social fazendo que a mesma seja compartilhada corretamente e praticada em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para que os usuários possam ter direitos a programas, projetos e benefícios da assistência social (SANTOS, 2012; BRASIL, 1993; 2005).

Boas (2015), reforça dizendo que de acordo com ditames do SUAS, a assistência social no país é de responsabilidade de todos os entes federativos, devendo ser cofinanciada pelos mesmos e além disso, ainda nas palavras de Boas (2015, p. 14), “cabe à Administração Pública gerir o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob o controle e orientação dos Conselhos de Assistência Social.”

Concluindo este trecho do trabalho, é importante ressaltar ainda que a assistência social no Brasil é organizada em dois tipos de proteção sociais, a proteção social especial e a proteção social básica, sendo que de acordo com a Boas (2015) a primeira proteção é operacionalizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e seu conceito é citado no texto da LOAS:

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 1993, n. p.).

Já a proteção social básica é ligada ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), tema que pode ser considerado de relevante importância ao qual será melhor abordado na seção posterior.

2.2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Conceitua-se a proteção social básica como a oferta de várias políticas públicas de assistência social com o objetivo de “prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;” (BRASIL, 1993, n. p).

Quem põe em prática os serviços de proteção social básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), este pode ser definido como uma unidade pública estatal descentralizada de base territorial que é localizado nos municípios. É importante salientar que devido o CRAS está presente em várias cidades do Brasil, ele é considerado como a porta de entrada do SUAS ou como a casa das famílias (SANTOS, 2012; BRASIL, 1993; 2007).

Fazem parte do público alvo do CRAS, famílias que estejam em áreas de situação de vulnerabilidade e risco social, advindas da situação de pobreza ou pobreza extrema, que também são carentes por ter tido acesso precário ou nulo dos serviços públicos, e como consequência disso precisam ser amparadas pela referida unidade para que possam ter acesso a políticas de assistencial social (SANTOS, 2012; BRASIL, 1993; 2005).

O CRAS tem como objetivos mapear e organizar a rede assistencial de proteção básica para garantir que as famílias citadas anteriormente sejam inseridas nos serviços de assistência social local, devendo também incentivar o encaminhamento dessas famílias

atendidas para outros tipos de políticas públicas existentes. Através destes meios a presente unidade estatal pretende que seja cessado a exclusão social das famílias, para que com isto as mesmas não voltem a ter seus direitos de cidadania violados, de modo a retornarem para condições vulneráveis e de risco social (SANTOS, 2012; BRASIL, 2005; 2009).

De acordo com o texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS são consideradas políticas de proteção básica de assistência social a serem ofertadas e trabalhadas com os usuários do CRAS:

- ✓ Programa de Atenção Integral às Famílias;
- ✓ Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- ✓ Centros de Convivência para Idosos;
- ✓ Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- ✓ Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- ✓ Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- ✓ Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (BRASIL, 2005, p. 34).

A citação acima é rol exemplificativo, ou seja, no CRAS não necessariamente se precisa de um serviço para cada tópico. Um exemplo disso, é que o principal serviço ofertado pelo CRAS chamado de PAIF, juntamente com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) já contemplam ou praticam todos os serviços descritos na citação acima (BRASIL, 2015a; 2015b).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), prioriza sua atuação no contexto comunitário de famílias e indivíduos buscando orienta-los para que possam ter um melhor convívio sociofamiliar e comunitário. O PAIF realiza incentivos a prevenção de ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e além disso promove o acesso ganhos sociais, materiais, a programas de transferência de renda, entre outros serviços, com a finalidade de restaurar ou fortalecer a união e proteção das famílias que necessitam de cuidados assistenciais (BRASIL, 2009; 2015a; SANTOS, 2012).

O CRAS contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias pondo em pratica as atividades do PAIF em sua unidade fixa, mas também pode ser através de visitas domiciliares, as famílias recebem orientações assistenciais do próprio serviço, e além disso, quando necessitarem, podem ser encaminhadas a outras políticas públicas do Governo Federal (BRASIL, 2015a).

É fundamental acrescentar que o PAIF presta apoio aos territórios de seus usuários, ofertando a estes, campanhas e eventos sobre: violência em seus bairros, falta de transporte público, ausência de eventos culturais, carências de espaços de lazer, entre outros. O objetivo de tudo isso é empenhar-se na solução de problemas comuns nas localidades dos usuários e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida destes (BRASIL, 2015a).

O PAIF é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Este serviço ofertado é responsável por realizar atendimentos aos usuários os organizando por grupos, estes atendimentos podem ser atividades de lazer, esportivas, artísticas, culturais etc. O SCFV deve criar situações desafiadoras nos grupos, de modo que estes sejam estimulados e orientados a fortalecerem suas relações em família e nas suas comunidades, para que sejam despertados nestes a importância de se viver em coletividade (BRASIL, 2015b).

Os grupos devem ser organizados pela equipe de profissionais do CRAS de acordo com a idade de seus usuários, que, segundo Brasil (2015b, n. p.), deve ser realizada da seguinte maneira: “Crianças até 6 anos; Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos; Jovens de 18 a 29 anos; Adultos de 30 a 59 anos; Pessoas Idosas”.

No que se refere a equipe do CRAS, para Santos (2012), estes profissionais devem ser orientados por um gestor municipal da assistência social e além disso, segundo Brasil (2011) toda a composição da equipe varia de acordo com o porte da referida unidade, sendo que o porte é definido de acordo com o número de famílias atendidas, podendo isto ser melhor compreendido de acordo com a tabela a seguir:

Quadro 1 – Composição da Equipe de Referência do CRAS

PEQUENO PORTE I	PEQUENO PORTE II	MÉDIO, GRANDE, METRÓPOLE E DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõem o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio

Fonte: BRASIL (2011)

As equipes mostradas na tabela acima operam de maneira fixa no espaço físico de uma unidade municipal, entretanto ainda existem duas estratégias extras que são de relevante importância, pois buscam estender e completar os serviços de proteção social básica a todo o seu público-alvo, e que não são realizadas somente em um CRAS fixo, sendo estas respectivamente: o CRAS itinerante e as Equipes Volantes (BOAS, 2015; BRASIL, 2007; 2014).

O CRAS itinerante é a unidade municipal que se movimenta, sendo conhecido como barco cidadão ou embarcação das famílias. Ele é o CRAS completo com toda a sua equipe que ficam fora de sua sede por vários dias, pois se desloca da mesma utilizando uma embarcação. (BRASIL, 2007).

Podendo ser encontrado na Região Norte, o CRAS itinerante navega periodicamente para regiões muito distantes e de difícil chegada, onde o acesso só é possível pela água ou pelo ar, nestas localidades vivem famílias a margem de rios, as conhecidas Comunidades Ribeirinhas. O CRAS itinerante fica ancorado num local estabelecido levando a proteção social as referidas comunidades (BRASIL, 2007).

Diferente do CRAS itinerante, as equipes volantes são equipes adicionais que fazem parte de um CRAS com unidade fixa e que esteja funcionando. Uma equipe volante desenvolve um papel crucial expandido a oferta de serviços assistenciais de proteção social básica em municípios de grande território e que sua população é dispersa. A referida equipe vai ao encontro de usuários ou futuros usuários, realizando buscas ativas de famílias que residam em localidades distantes, isoladas ou de difícil acesso. (BOAS, 2015; BRASIL, 2014).

Dentre as principais atribuições de uma Equipe Volante está a tarefa de desenvolver suas ações continuadas pelos territórios que circula, ofertando o PAIF, incluindo famílias no CadÚnico, realizando encaminhamentos para PTR, direcionando quando for preciso os usuários para o CREAS (Proteção Social Especial), entre outros. (BOAS, 2015; BRASIL, 2014). Vale evidenciar que, de acordo com Brasil (2014), dos 7.883 CRAS que participaram do Censo SUAS de 2013, 1.308 responderam que possuem uma equipe volante, sendo que esta tem uma composição própria de servidores, como pode ser observado na tabela a seguir:

Quadro 2 – Composição da Equipe Volante

MUNICÍPIOS DE QUALQUER PORTE
2 técnicos de nível superior (Um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.)
2 técnicos de nível médio

Fonte: BRASIL (2014)

Diante de tudo que foi exposto, conseguiu-se perceber brevemente sobre o nível de contribuição do CRAS para a redução das vulnerabilidades das famílias usuárias em seus territórios, porém, existe outro tema relacionado a assistência social no Brasil e que pode ser trazido para estudos na academia, este tema é sobre transferência de renda, ou seja, mais especificamente sobre o Programa Bolsa Família e o Programa Auxílio Brasil, e isto que será abordado no próximo capítulo.

3 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

3.1 Programa Bolsa Família: origem e definição

A história do Programa Bolsa Família começou a partir dos anos 90, quando começou a ser discutido a implantação de Programas de Transferência de Renda (PTR) no país. Em 1991, o então senador Eduardo Suplicy, apresentou um projeto de lei que tinha o propósito de ofertar um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) (SOUSA, 2011).

Ainda em 1991, o economista e professor José Márcio Camargo propôs que fossem ampliadas as ideias do Senador Suplicy, pois Camargo defendia um modelo de PGRM ligado à educação, e este modelo que acabou sendo aprovado naquela época (SOUSA, 2011).

A diferença entre as propostas, é que a de Suplicy era centrada no indivíduo, já a de Camargo era centrada na família e, como condições para receber o benefício, as famílias deveriam manter as crianças e adolescentes com uma boa frequência na escola. Através do referido programa esperava-se reduzir a pobreza, como também evitar a reprodução desta por meio da educação (SOUSA, 2011).

Ainda de acordo com Sousa (2011), em 1995 os primeiros PTR foram colocados em prática. Primeiramente veio o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) que foi instituído em Campinas-SP, logo depois, no Distrito Federal, foi colocado em prática o Programa Bolsa Escola (PBE), depois disto, estes PTR se tornaram modelo para que outros programas fossem implantados no país.

As experiências tidas no DF e em Campinas ganharam notoriedade no país quando unidos a elas foram implementados o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos pelo Governo Federal. Essa notoriedade fez com que o Governo Federal implementasse programas de garantia de renda mínima (PGRM) no país (SOUSA, 2011).

Diante deste contexto, foi sancionada uma lei em 1997 que autorizava o Governo Federal a repassar recursos para os municípios com o objetivo desses custearem PGRM, porém, devido às muitas atribuições do programa serem de responsabilidade somente dos municípios, fez com que a proposta não fosse adiante, fazendo com que o governo federal reformulasse o PGRM, transformando-o num Programa Nacional de Renda Mínima

(PNRM) vinculado à educação, esse programa foi o Bolsa Escola. O Bolsa Escola foi criado em 2001, no final do segundo mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo que o referido Presidente ainda criou logo depois mais três programas, o Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação (SOUSA, 2011).

Já em 2003, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, os quatro programas citados anteriormente foram unificados para a criação de somente um programa: o Programa Bolsa Família. A Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003 foi responsável por criar o PBF, já em 9 de janeiro de 2004, o presente programa chegou ao status de lei, pela Lei Federal nº. 10.836, sendo que o referido programa foi regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 (SOUSA, 2011; SILVA, 2007; BRASIL, 2004).

O PBF foi um Programa de Transferência de Renda. Os PTR são ferramentas que tem por objetivo erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade social e combater a fome, além de ter a chance de dinamizar a economia, especialmente em municípios pequenos do Brasil (FERREIRA, 2012; BÜHLER, 2013). Nas palavras de Ruschel, Jurumenha, Dutra (2015), os PTR têm como foco realizar uma transferência em dinheiro, porém sem que seja necessária uma contribuição prévia.

Focando no PBF, é essencial destacar que este era o principal PTR do país, pois depois de dezoito anos de existência o referido programa foi extinto pelo governo Federal, que fundou no dia 29 de dezembro de 2021 o novo programa Social Auxílio Brasil, através da Lei nº 14.284 (SOUSA, 2011; BRASIL, 2021a).

É fundamental ressaltar o PBF não se resumia somente a um simples programa que buscava auxiliar as famílias pobres e extremamente pobres, e que embora tendo sido extinto, ele ainda tem várias características e fatores que podem ser alvo de trabalhos acadêmicos, e isto será mostrado nas seções posteriores (LAURINDO, 2009; SILVA, 2007).

3.2 Programa Bolsa Família: objetivos, gestão e cobertura

Entre os principais objetivos do PBF estavam a promoção do acesso aos mais variados serviços públicos, porém em particular a rede de saúde, educação e assistência social. Além disso, o presente programa, buscava combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, almejando estimular a emancipação das famílias

usuárias que se encontravam na pobreza e extrema pobreza (ARRUDA, 2017; LARINDO, 2009).

O PBF era um benefício do Governo Federal, porém a gestão do programa era descentralizada com os Estados e Municípios, fazendo com que cada esfera tenha atribuições diferenciadas na execução do Programa. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal (CEF) foram órgãos do Governo Federal que responsáveis pelo PBF. O MDS disponibilizava a ferramenta chamada Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para que os municípios inscrevessem os beneficiários, já a CEF era incumbida de realizar o pagamento dos benefícios (FARIAS, 2019; BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

Segundo Brasil (2018), entre as principais tarefas dos Estados estava o dever de administrar corretamente os recursos do PBF disponibilizados pela União, e unido a isto, instituir uma coordenação conjunta entre representantes das secretarias da assistência social, saúde e educação responsáveis pelo PBF para que pudessem contribuir com os municípios e o Governo Federal e a execução de seu programa fosse bem desenvolvida. Já Laurindo (2009, p.28), define resumidamente que “a tarefa dos Estados é de subsidiar as ações dos Municípios e complementar as ações do programa”.

Quanto aos municípios, Rodrigues (2012) destaca que algumas de suas responsabilidades eram:

Realizar o procedimento à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal, promovendo ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera municipal, ofertando serviços em todas as suas dimensões, a fim de garantir que se cumpram os objetivos propostos. Estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares e a promoção, e articulação com a União e os Estados, do acompanhamento do cumprimento das condicionalidades (RODRIGUES, 2012, p. 16).

Para haver uma melhor articulação entre os entes federados, como também para fiscalizar as atividades do PBF, o Governo Federal usava o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD tem por finalidade de medir a qualidade das informações da ferramenta CadÚnico e fora isso, monitorava as condicionalidades do PBF. É bom citar que o Governo Federal através do IGD repassava mensalmente recursos financeiros aos estados e municípios para melhor operacionalização do PBF. De acordo com o sitio do ministério da cidadania, no ano de 2020, foi repassado em recursos aos estados e

municípios o total de R\$ 562.222.317,63 (BRASIL, 2021d; MAGALHÃES, 2015; LAURINDO, 2009; MONTEIRO, 2008).

Como citado anteriormente, na gestão do PBF existia o CadÚnico, sendo este um instrumento de cadastro do Governo Federal que é regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de junho de 2007. A operacionalização do CadÚnico é realizada exclusivamente em âmbito municipal, mais precisamente através pela equipe dos CRAS (BRASIL, 2018; BOAS, 2015).

Bühler (2013, p.19), cita que “o objetivo deste cadastro é uniformizar as informações socioeconômicas da população de baixa renda, a fim de mapear e identificar possíveis beneficiários do PBF e de todos os demais programas sociais [...]”. Além disso, a autora em questão, relata que esta ferramenta de cadastro se propõe a dar suporte ao planejamento de outras políticas públicas e, juntamente com isso, complementou citando que o CadÚnico carrega várias informações sobre as famílias usuárias do PBF, e que, entre as informações mais relevantes estão: a descrição do domicílio, o tamanho das famílias, os gastos e ganhos das famílias etc.

No que se concerne à cobertura do PBF, é bom destacar ainda, que baseando-se pelo ano de 2019, pode-se comprovar que milhões de brasileiros faziam uso do programa, pois segundo dados do Governo Federal, foi contabilizado em dezembro do mesmo ano um total de 13.170.607 de famílias que foram beneficiadas pelo programa (BRASIL, 2021e).

Na tabela a seguir, são revelados o total de famílias que foram beneficiadas pelo PBF em 2019, como também os recursos do Programa repassados pelo Governo Federal em todo o referido ano:

Tabela 1 – Recursos repassados pelo Governo Federal ao PBF em 2019.

Mês	Famílias beneficiadas	Total (R\$)
Janeiro	13.760.886	2.585.866.335,00
Fevereiro	13.914.330	2.609.818.702,00
Março	14.105.240	2.636.854.154,00
Abril	14.134.323	2.632.278.536,00
Maiο	14.339.058	2.677.539.162,00
Junho	14.072.368	2.627.861.441,00
Julho	13.841.302	2.609.281.590,00
Agosto	13.826.716	2.608.191.765,00
Setembro	13.537.137	2.561.393.842,00
Outubro	13.505.758	2.564.193.203,00
Novembro	13.189.567	2.520.210.959,00
Dezembro	13.170.607	2.525.746.007,00

Fonte: Adaptada de BRASIL (2021e).

Algo que se pode destacar na tabela acima é que cada mês mostra um número de diferenciado de famílias que receberam o PBF, isto acontecia pois o programa era dinâmico, isto é, todos os meses, as famílias entravam e outras saíam do programa (BRASIL, 2020).

Os principais motivos que faziam as famílias serem desligadas do PBF, era a não atualização de suas informações cadastrais no CadÚnico ou a melhora de suas rendas, não sendo estas consideradas mais aptas a receber o benefício. Outros fatores que levavam as famílias a deixarem de receber o programa era a falta de cumprimento de condicionalidades ou ainda a possibilidade das famílias quiserem sair do programa por vontade própria (BRASIL, 2020).

3.3 Programa Bolsa Família: benefícios oferecidos e forma de entrega

Para entender de maneira mais simples sobre os benefícios do PBF, é importante separar este assunto em partes. Primeiramente, deve-se saber como era a frequência do pagamento do benefício, logo depois é essencial saber quais eram os tipos de benefícios e suas características, e, por fim, deve-se saber quem da família beneficiária tinha preferência para receber o benefício (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

No que tange à frequência do pagamento do PBF, é bom citar que o benefício era pago as famílias mensalmente. A CEF era responsável pela entrega dos benefícios, esta efetuava o pagamento, tanto pelas suas próprias agências, como também pelas casas lotéricas, sendo que as famílias contempladas com o PBF recebiam um cartão eletrônico e deveriam realizar o saque do benefício (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009).

O PBF era destinado às famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, e o nível de pobreza tinha que ser avaliado de acordo com a renda per capita mensal dessas famílias, neste contexto era utilizado um limite de renda para definir estes dois patamares, ou seja, poderiam ser consideradas pobres aquelas famílias que tinham renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, desde que tivessem crianças ou adolescentes de zero entre dezessete anos em sua composição, e as famílias extremamente pobres poderiam ser aquelas com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais (FARIAS 2019; XAVIER, 2019).

Como pôde ser visto, existiam estes critérios de renda familiar para que os usuários recebessem o PBF, porém, além disso, é importante salientar que tinham seis

tipos de benefícios do programa, estes estão elencados na tabela adiante, com suas principais características:

Quadro 3 – Tipos de benefícios do PBF e suas principais características.

Benefícios	
Tipos	Principais características
Benefício Básico	<ul style="list-style-type: none"> • É pago às famílias extremamente pobres; • O valor deste auxílio é de R\$ 89,00.
Benefício Variável de 0 a 15 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos; • É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade; • O valor deste auxílio é de R\$ 41,00; • Limite de cinco benefícios por família.
Benefício Variável à Gestante	<ul style="list-style-type: none"> • Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição; • São repassadas nove parcelas mensais; • O valor deste auxílio é de R\$ 41,00; • Limite de cinco benefícios por família.
Benefício Variável Nutriz	<ul style="list-style-type: none"> • Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses; • Benefício serve para reforçar a alimentação do bebê; • São repassadas seis parcelas mensais; • O valor deste auxílio é de R\$ 41,00; • Limite de cinco benefícios por família;
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos; • É exigida frequência escolar dos adolescentes. • O valor deste auxílio é de R\$ 48,00; • Limite de dois benefícios por família;
Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	<ul style="list-style-type: none"> • Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros benefícios do Programa. • Neste caso o valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa.

Fonte: Adaptada de BRASIL (2020).

Em relação a titularidade, segundo as normas do PBF quem devia preferencialmente receber o pagamento dos benefícios do programa em uma família é a mulher. De acordo com Ferreira (2012) este fator tem grande importância, pois quando a mulher era incluída no PBF, ela passava a ser representante do grupo familiar, fazendo com que tivesse mais responsabilidades no âmbito familiar e em relação às condicionalidades. A autora também destaca que com isso, a mulher passava a ter maior autonomia e empoderamento no seu recinto e na sociedade (FERREIRA, 2012).

Ainda sobre titularidade do PBF, é bom dizer que quando a mulher recebia o benefício em seu próprio nome, ela passava a ter mais poder de decisões na vida em

família e unido a isto passava a se sentir mais valorizada, porém, por outro lado, ela ficava com a responsabilidade de cumprir as condicionalidades do programa (ARRUDA, 2017).

Deve-se abordar ainda que, segundo Brasil (2018), o PBF poderia ser sempre aperfeiçoado ao longo do tempo para acompanhar a realidade social, ou seja, sua legislação poderia ser modificada, gerando alterações na gestão, nos patamares de pobreza e extrema pobreza, nas características dos benefícios, ou na titularidade do programa.

3.4 Programa Bolsa Família: condicionalidades e focalização

Pode-se definir condicionalidades como compromissos que as famílias que eram beneficiadas pelo PBF deviam obedecer para continuar a receber o programa. Estes compromissos eram na área da saúde, educação e assistência social (ARRUDA, 2017; CHALA, 2011).

O PBF foi definido por de Souza, Osório, Paiva e Soares (2019), como uma transferência condicionada de renda, através desta eram realizadas transferências em dinheiro para famílias, de forma focalizada (buscando alcançar os mais pobres) e condicionada (as famílias deveriam cumprir compromissos, em geral em saúde e educação, para receberem seus benefícios). Quem reforça isto também é Chala (2011) citando que, as famílias, só receberiam o PBF, se suas crianças tivessem um acompanhamento semestral no que se refere à saúde, já em relação à educação, as famílias deveriam manter suas crianças e adolescentes na escola com no mínimo de 85% de frequência.

Com isso, é relevante destacar que o PBF não deve ser visto somente como um dinheiro que famílias carentes recebiam sem ter compromissos a realizar, pois as famílias deviam obedecer aos requisitos solicitados pelo governo para ter direito a receber este benefício social.

Com as condicionalidades impostas pelo PBF, é demonstrado que o estado não se propunha somente em dar uma assistência financeira ou alimentícia às famílias de baixa renda que necessitavam desta política pública. De acordo Santos (2016), o PBF tinha o objetivo de fazer que seus usuários chegassem a ter independência do programa. Dessa maneira, percebe-se que a intenção do referido benefício social era dar um impulso para que seus usuários se desenvolvessem e conseguissem viver suas vidas sem depender do governo.

Por fim, em relação ao PBF, um fator que não se deve deixar de abordar é a sua focalização. No que se refere a políticas sociais, a focalização pode ser definida como o encaminhamento de verbas ou recursos a um conjunto de pessoas da sociedade que são considerados vulneráveis (SILVA, 2001).

É bom reforçar que PTR como PBF, era focalizado em famílias pobres e extremamente pobres, sendo que a pobreza seria definida quando as famílias decidem realizar um cadastramento no CRAS para receber o presente programa, esse cadastramento era feito com a ferramenta chamada Cadastro Único. Deve-se frisar ainda, que o Governo Federal já considerou pobre, aquele que tem renda per capita familiar inferior a ½ salário mínimo (BOAS, 2015; LAURINDO, 2009; BRASIL, 2004).

Embora reconhecendo que deveria haver melhorias na gestão do PTR, alguns estudiosos destacam que no Brasil a focalização dos PTR é importante, pois esta estratégia institucional garante que os programas sociais atinjam os mais vulneráveis, já outros estudiosos frisam que a focalização tem um lado negativo, pois fortalece políticas de ação isolada, pois estes programas devem ser universais e todos os indivíduos possuem direitos. Percebe-se que a focalização tem sido alvo de divergências entre estudiosos de políticas sociais como os PTR, e isto será abordado de maneira detalhada nos próximos parágrafos (MONTEIRO, 2008).

Nas palavras de Boschetti (2003), a focalização tem sua importância e não deve ser entendida como semelhante a algo seletivo, para a referida autora, no que se refere a PTR, focalizar não é restringir o acesso a direitos, mas sim perceber aqueles que devem ser assistidos especialmente pelo estado, para que com isso sejam reduzidas as desigualdades sociais.

No entanto, Druck e Filgueiras (2007), não consideram a focalização como algo positivo, pois em muitos casos, esta pode ser resumida como uma ação isolada que beneficia poucos indivíduos, restringindo assim, muitas pessoas que também têm o direito de serem amparadas pelo estado.

Diante do que foi exposto, é possível certificar-se que não há um consenso em relação aos métodos de focalização e universalidade dos PTR, porém, é possível que esse impasse seja solucionado através da junção dos dois métodos, implementando assim um método híbrido eficiente para a propiciação de justiça social (KERSTENETZKY, 2006).

3.5 Programa Auxílio Brasil

O Programa Auxílio Brasil foi criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, sendo regulamentada pelo Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Logo depois, a MP que criou o referido programa foi convertida em lei, pela lei federal nº14.284, de 29 de dezembro de 2021, extinguindo o PBF e o substituindo pelo PAB. O novo programa social tem semelhanças e diferenças com o programa que foi extinto, e isto será mostrado nos parágrafos seguintes. (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

Atualmente, o Programa Auxílio Brasil é coordenado pelo Ministério da Cidadania, devendo este garantir que gestão do programa esteja acordo com lei, de modo que os benefícios cheguem a corretamente quem tem direito de recebê-lo. Vale reforçar ainda, que o presente programa é considerado o iniciação de um percurso gradual para que seja implantado uma renda básica de cidadania no país de maneira universalizada (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

Semelhante ao PBF, o Auxílio Brasil é um programa social que concede o direito a transferência de renda de maneira condicionada às famílias que estejam em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, porém a única diferença nesse sentido é que o PAB acrescentou mais um terceiro tipo de usuários que têm direito a receber os benefícios, são as famílias em regra de emancipação (BRASIL, 2004; 2021a; 2021b; 2021c;).

São consideradas famílias pobres aquelas que possuem renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00. As famílias extremamente pobres são aquelas que possuem renda familiar per capita de até R\$ 105,00, já as famílias em regra de emancipação são aquelas que participam do programa, mas sua renda ultrapassou duas vezes e meia o limite superior disposto para a situação de pobreza, porém mesmo assim estas famílias poderão permanecer recebendo o benefício por mais dois anos (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

A diferença mais notável entre extinto programa de transferência de renda e o atual, é que no antigo integrava-se o políticas públicas de assistência social, saúde, educação, já no novo é contemplado políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda, devido a isso, o programa é considerado o braço social do governo (BRASIL, 2004; 2021a; 2021b; 2021c;).

O PAB através do seus benefícios financeiros tem o objetivo de garantir renda e de dar suporte as famílias que estejam em situação de pobreza e pobreza extrema, ou seja,

adultos, gestantes, nutrizes, adolescentes e crianças que integrem um núcleo familiar e que se encontrem nestas situações, são auxiliados para que possam se desenvolver e chegar a emancipação (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

O presente programa promove a emancipação das famílias usuárias, dando incentivos a seus membros que estejam desempregados de modo que eles consigam retornar ou se inserir ao mercado de trabalho, seja através da busca de emprego, ou estimulando-os ao empreendedorismo (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

Além disso, o Auxílio Brasil também foca no oferecimento de políticas públicas as crianças e adolescentes. No que se refere as crianças, o programa oferta benefícios para que elas cresçam saudáveis, tanto fisicamente quanto mentalmente, e além disso é responsável por ampliar a oferta do atendimento das mesmas em creches. Já no que concerne aos adolescentes, o novo programa social tem o propósito de incentivá-los a ter melhorias em seus estudos escolares, para que com isso cheguem ter um ótimo desempenho científico e tecnológico (BRASIL, 2021a; 2021b; 2021c).

De acordo com Brasil (2004; 2021b), pode-se perceber que o PAB igualmente ao PBF oferece Benefícios Financeiros as famílias necessitadas, mas por outro lado, diferentemente do antigo programa, o novo programa social traz Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva. A junção dos benefícios com os incentivos, buscam garantir renda as famílias necessitadas, mas unido a isso, fortalecem a busca pela autonomia e a superação da vulnerabilidade social dos usuários, e isto poderá ser validado através das tabelas a seguir:

Quadro 4 – PAB – Benefícios Financeiros

Tipos	Principais características
Benefício Primeira Infância	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza que possuam em sua composição crianças com idade entre 0 e 36 meses incompletos; • O valor deste auxílio é de R\$ 130,00 mensais; • Limite de cinco benefícios por família.
Benefício Composição Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Concedido às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza que possuam em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 3 e 21 anos incompletos; • O valor deste auxílio é de R\$ 65,00 mensais; • São repassadas nove parcelas mensais; • Limite de cinco benefícios por família.
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado às famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda familiar per capita mensal, mesmo somada aos benefícios financeiros anteriores, continuem igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza. • O valor deste auxílio é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 105,00 de renda por pessoa.

Benefício Compensatório de Transição	<ul style="list-style-type: none"> • Concedido às famílias que tiveram perdas financeiras na transição entre o PBF para o PAB; • Não há um valor fixo para este auxílio, para as famílias o receberem será realizado um cálculo baseado no número de benefícios que as famílias recebiam do programa bolsa família; • Quando houver ressarcimento das perdas financeiras, automaticamente as famílias deixarão de receber este benefício.
--------------------------------------	--

Fonte: Adaptada de BRASIL (2021b)

Quadro 5 – PAB – Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva

Tipos	Principais características
Auxílio Esporte Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado a estudantes com idades entre 12 e 17 anos incompletos que sejam membros de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil e que se destacarem nos Jogos Escolares Brasileiros; • Os estudantes receberão 12 parcelas de R\$ 100,00; • A família do estudante também receberá uma parcela única de R\$ 1.000,00.
Bolsa de Iniciação Científica Júnior	<ul style="list-style-type: none"> • Concedida a estudantes que sejam membros de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil e que se destacarem em competições acadêmicas e científicas, de abrangência nacional, vinculadas a temas da educação básica; • Os estudantes receberão 12 parcelas de R\$ 100,00; • A família do estudante também receberá uma parcela única de R\$ 1.000,00.
Auxílio Criança Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil que tenham em sua composição crianças com idade de zero até quarenta e oito meses incompletos que estejam matriculadas em creches em tempo integral ou parcial. • Famílias que tiverem crianças matriculadas em turno parcial receberão um auxílio de R\$ 200,00. • Famílias que tiverem crianças matriculadas em turno integral receberão um auxílio de R\$ 300,00.
Auxílio Inclusão Produtiva Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Concedido às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil que possuam em sua composição agricultores familiares; • Auxílio pago em parcelas mensais de R\$ 200,00; • Não é permitido o pagamento de mais de um auxílio por pessoa e por família; • A família beneficiária poderá receber este auxílio por período máximo de 36 meses.
Auxílio Inclusão Produtiva Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Será concedido às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, desde que comprovado vínculo de emprego formal de um dos seus integrantes; • O Auxílio pago em parcelas mensais de R\$ 200,00 a partir do mês seguinte à comprovação do vínculo de emprego formal; • É vedado o pagamento de mais de um Auxílio por pessoa e por família.

Fonte: Adaptada de BRASIL (2021b)

4 METODOLOGIA

Nesta seção foram exibidos todos os procedimentos metodológicos desta monografia. Primeiramente, descreve-se a caracterização da pesquisa. Em seguida, faz-se uma breve descrição sobre o local da pesquisa. Logo depois, descreve-se as técnicas de coleta de dados. Por último, foram apresentadas as técnicas de análise de dados usadas neste trabalho.

4.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório e descritivo, pois visa identificar os principais fatores do Programa Auxílio Brasil sobre a vida financeira de usuários do CRAS de Aracoiaba-CE. Nas palavras de Mattar (2001), os estudos exploratórios podem ser variados, ou seja, entre os métodos usados neste tipo de pesquisa incluem-se: estudos de casos selecionados, levantamentos de experiências, observação informal etc. Já a pesquisa descritiva de acordo com Gil (2008) é aquela que tem por objeto de estudo ir ao encontro de várias características de grupos, sendo que, entre essas características estão suas idades, níveis de renda, níveis de escolaridade, etc.

Foi empregada no presente trabalho a abordagem qualitativa. Foi escolhida este tipo de abordagem em razão da melhor elaboração deste trabalho, unido também a proporcionar a maior compreensão e melhor aprofundamento do tema a ser pesquisado, para que se chegue integralmente aos fins propostos. A abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2007, p. 37), é “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Quanto ao tipo, esta pesquisa é classificada como estudo de caso. Este tipo de pesquisa “tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem”, e “quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (Godoy, 1995, p.25). Com isso, fica claro que este método de pesquisa possibilita fortemente que a mesma chegue ao seu propósito, dado que é um estudo em que a realidade é observada na prática pelo pesquisador.

4.2 Local da pesquisa

O estudo de caso foi realizado no Encosta de Baixo, bairro de zona rural da cidade de Aracoiaba-CE, o referido bairro fica localizado a poucos quilômetros do centro do município.

4.3 Técnicas de coleta de dados e público participante da pesquisa

Neste estudo foi utilizado a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de adquirir conhecimentos teóricos para se construir a fundamentação teórica, para isto, foi feito o uso de livros, revistas, monografias e artigos científicos com temas aptos a contribuir com este trabalho. Para Gil (2008, p.50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para receber o PAB, uma das condicionalidades a serem obedecidas é na área da saúde, devido a isso, foram coletados dados primários com a agente comunitária de saúde do Bairro Encosta de Baixo, e também no banco de dados do mapa de acompanhamento do Sistema Auxílio Brasil da Secretária de Saúde de Aracoiaba, para através destes meios, ter informações sobre as famílias que utilizavam o Programa Auxílio Brasil, tanto no município quanto no bairro, o qual é o alvo da pesquisa.

Unido aos levantamentos anteriores, foi aplicado um questionário para abordar representantes destas famílias, uma vez que com esta ferramenta de abordagem fica mais simples para as respostas dos mesmos, e acima disso pode contribuir para que o estudo de caso seja finalizado de maneira eficaz.

Quando se constrói um questionário, busca-se traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. É válido destacar que as respostas a essas questões proporcionarão dados para que se possa descrever várias características do público que foi pesquisado (GIL, 2008).

Foi elaborado e aplicado um questionário online com 18 perguntas, sendo 14 fechadas e 4 abertas, visando priorizar a tranquilidade dos participantes de modo que estes pudessem expor sucintamente e sem intervenções suas opiniões positivas ou negativas sobre o PAB. A Coleta de dados foi realizada entre os dias 4 e 6 de maio de 2022.

4.4 Técnica de análise de dados

Os dados e informações que foram coletados através da pesquisa de campo com os usuários do PAB, residentes no bairro Encosta de Baixo do Município de Aracoiaba-CE, foram transcritos, organizados e analisados minuciosamente pelo autor, com a finalidade de corresponder os objetivos que foram propostos nesta monografia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa parte serão expostos a apresentação e análise das informações que foram coletadas na pesquisa de campo, sendo este possivelmente o momento mais crucial de uma pesquisa científica. De acordo com Rodrigues (2012), os resultados e discussões oferecem ao leitor um método de aproximação com o local que foi alvo da pesquisa, e além disso, nas palavras de Santos (2012), esse é o momento de apresentação e abordagem do objeto que foi proposto a ser estudado, podendo também ser esclarecido como se deu a coleta dos dados pesquisados.

5.1 Dados do PAB no Município de Aracoiaba

Segundo dados do IPECE (2017), o município de Aracoiaba foi inaugurado no ano de 1980, este fica localizada a 79 quilômetros da capital Fortaleza-CE, tendo um o total de 25.391 habitantes, e sua área de medida territorial é equivalente a 656,6 km². O presente município fica localizado no Maciço de Baturité, região do Estado que é composta por treze municípios, sendo estes: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção (SILVA, 2017).

De acordo com indicadores que foram coletados na pesquisa de campo, havia no município de Aracoiaba, 8.701 famílias cadastradas no CadÚnico (dados de fevereiro de 2022), sendo que, deste total, havia 5.922 famílias em situação de extrema pobreza, 429 famílias em situação de pobreza, e 1.268 famílias de baixa renda, e um total de 5.656 famílias foram beneficiadas com o Programa Auxílio Brasil em abril deste ano. O quadro 6 mostra a quantidade de famílias Aracoiabenses que receberam o PAB, desde o seu surgimento do programa até os dias de hoje.

Quadro 6 – Levantamento sobre o PAB em Aracoiaba-CE

Mês de referência	Famílias Beneficiadas
Novembro (2021)	4.635
Dezembro (2021)	4.625
Janeiro (2022)	5.483
Fevereiro (2022)	5.632
Março (2022)	5.669
Abril (2022)	5.656

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

É possível perceber no quadro 6, que no PAB, pode vir acontecer a mesma variação que acontecia com PBF, ou seja, pode ocorrer de famílias serem inseridas no programa devido a entrarem na linha da pobreza, como também outras famílias podem sair do programa por não obedecerem os compromissos com as condicionalidades que devem ser obedecidas (BRASIL, 2020)

Através dos dados anteriormente levantados é possível se ter uma visão preliminar de modo a questionar-se sobre o nível de importância e contribuição do Programa Auxílio Brasil para as famílias usuárias residentes em Aracoiaba, dado que há famílias no referido município com 5 membros ou mais em suas respectivas composições, e isto será comprovado posteriormente, onde será alcançado definitivamente todos os objetivos deste estudo de caso que foi realizado com usuários do PAB residentes no Bairro Encosta de Baixo na cidade de Aracoiaba.

5.2 Perfil dos usuários do PAB no Bairro Encosta de Baixo

Segundo indicadores que foram obtidos na pesquisa de campo, 221 famílias residem no Bairro Encosta de Baixo, sendo que dessas famílias, 67 recebem o Programa Auxílio Brasil, sendo assim este foi o universo do campo pesquisado, e a amostra foi realizada intencionalmente com 30 participantes, ou seja, cada participante representando uma família. Nas palavras de Gil (2008), é de bastante costume os elaboradores de trabalhos científicos utilizarem em pesquisas sociais uma amostra de um universo abordado, pois por muitas vezes é impossível estudar um universo em sua totalidade, principalmente quando ele é muito grande.

De modo a se conhecer o perfil dos participantes e suas principais características com uma parte do questionário foi elaborado o quadro 7, nele que foram levantados os seguintes dados: nome do participante, estado civil, gênero, idade, profissão, escolaridade, trabalho remunerado, número de pessoas na casa, número de filhos, responsável familiar pelo PAB, há quanto tempo recebe o benefício, valor que recebe do PAB, renda total da família somada com o programa.

Através do quadro 7 e de outra parte do questionário, foram feitas análises para saber se o PAB tem contribuído para a melhora da qualidade de vida das famílias. Para Santos (2016), PTR como o PAB podem ter alguns positivos para a vida das famílias usuárias, entretanto Druck e Filgueiras (2007) relatam que programas como Auxílio Brasil não são capazes solucionar as necessidades mínimas das famílias.

Quadro 7 - Perfil dos participantes e suas principais características

Participante	Gênero	Estado Civil	Idade	Escolaridade	Profissão	Trabalho Remunerado	Nº de Pessoas na casa	Nº de Filhos	Responsável familiar	Tempo de Recebimento: PBF/PAB	Valor recebido PAB	Renda familiar total
P1	Masculino	Casado	55	E.M.C	Vigilante	Sim, período integral	3	2	Homem	Até 1 ano	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P2	Feminino	Casada	53	E.F.I	Dona de casa	Não	3	2	Homem	5 anos ou mais	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P3	Feminino	Casada	45	E.F.I	Serviços Gerais	Sim, período integral	2	1	Mulher	5 anos ou mais	R\$400,00	Acima de R\$ 1.000,00
P4	Feminino	Casada	32	E.F.I	Costureira	Sim, trabalhos eventuais	4	2	Mulher	4 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P5	Feminino	U. Estável	46	E.F.C	Costureira	Sim, trabalhos eventuais	4	2	Mulher	4 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P6	Feminino	U. Estável	30	E.M.C	Serviços Gerais	Sim, período integral	5 ou mais	3	Mulher	4 anos	R\$ 450,28	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P7	Feminino	Casada	32	E.M.C	Dona de casa	Não	5 ou mais	3	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 490,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P8	Feminino	U. Estável	34	E.M.C	Dona de casa	Não	4	2	Mulher	4 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P9	Feminino	Casada	42	E.F.C	Diarista	Sim, trabalhos eventuais	5 ou mais	4 ou mais	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 680,00	Acima de R\$ 1.000,00
P10	Feminino	Casada	34	E.M.C	Dona de casa	Não	3	1	Mulher	4 anos	R\$ 400,88	Acima de R\$ 1.000,00
P11	Feminino	Casada	49	E.M.I	Dona de casa	Não	5 ou mais	3	Mulher	4 anos	R\$ 500,00	Até R\$ 500,00
P12	Feminino	Solteira	36	E.M.C	Agricultora	Não	3	2	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P13	Feminino	Solteira	55	E.F.I	Autônoma	Não	5 ou mais	4 ou mais	Mulher	Até 1 ano	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P14	Masculino	Solteiro	22	E.M.C	Comerciante	Não	1	Nenhum	Homem	Até 1 ano	R\$ 400,00	Acima de R\$ 1.000,00

P15	Feminino	U. Estável	29	E.M.C	Babá	Sim, trabalhos eventuais	2	Nenhum	Mulher	2 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P16	Masculino	Solteiro	52	E.F.I	Pedreiro	Sim, trabalhos eventuais	2	Nenhum	Homem	5 anos ou mais	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P17	Masculino	Solteiro	39	E.M.C	Eletricista	Sim, trabalhos eventuais	1	Nenhum	Homem	4 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P18	Feminino	Solteira	55	E.F.C	Dona de casa	Não	2	2	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P19	Feminino	Casada	38	E.F.C	Revenda de cosméticos	Sim, trabalhos eventuais	5 ou mais	3	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 439,68	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P20	Feminino	Casada	57	E.F.I	Agricultora	Não	5 ou mais	4 ou mais	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 450,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P21	Masculino	Solteiro	27	E.F.I	Marceneiro	Sim, período integral	5 ou mais	Nenhum	Homem	2 anos	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P22	Masculino	Casado	23	E.M.I	Costureiro	Sim, trabalhos eventuais	3	1	Homem	Até 1 ano	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P23	Feminino	Solteira	20	E.M.C	Doméstica	Não	2	Nenhum	Mulher	Até 1 ano	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P24	Feminino	Casada	47	E.F.I	Doméstica	Não	4	2	Mulher	4 anos	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P25	Feminino	Casada	45	E.M.C	Dona de casa	Não	5 ou mais	4 ou mais	Homem	Até 1 ano	R\$ 500,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P26	Feminino	Solteira	34	E.F.C	Dona de casa	Não	4	3	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P27	Feminino	Casada	21	E.M.I	Agricultora	Não	3	4 ou mais	Mulher	3 anos	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P28	Masculino	U. Estável	28	E.M.C	Agricultor	Não	3	1	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 400,00	R\$ 501,00 a R\$1.000,00
P29	Feminino	U. Estável	28	E.F.I	Agricultora	Não	5 ou mais	4 ou mais	Homem	5 anos ou mais	R\$ 400,00	Até R\$ 500,00
P30	Feminino	Casada	46	E.F.I	Agricultora	Não	3	3	Mulher	5 anos ou mais	R\$ 400,00	Até 500,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

5.3 Análise de indicadores e resultados do PAB no contexto de seus usuários

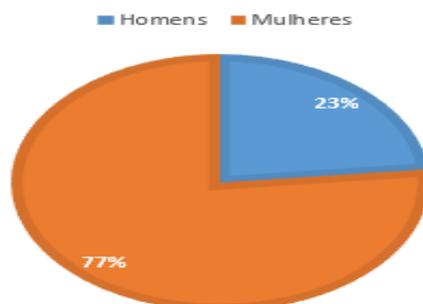
Antes de iniciar a análise dos principais dados que foram coletados e descritos no quadro 7, é importante esclarecer que para preservar o sigilo e evitar a identificação dos participantes da pesquisa, eles foram nomeados através dos seguintes códigos: P1, P2, P3, P4, P5 etc., sendo que a nomeação se deu de acordo com a sequência de aplicação do questionário.

De acordo com os dados coletados, foi possível perceber que dos 30 participantes da amostra, 23 eram mulheres ou mães, tendo idades entre 20 e 57 anos, com a média de idade de 39 anos; deve-se dizer que a maioria se encontravam em união estável ou eram casadas e poucas tinham concluído o ensino médio.

Verificou-se também que as 4 profissões que predominam entre as 23 usuárias são: donas de casa (6), agricultoras (5), serviços gerais (2) e costureiras (2), e que de todas as profissionais, dezesseis não exercem trabalho remunerado, cinco exercem trabalho remunerado eventualmente e duas exercem trabalho remunerado em período integral.

Os 7 usuários do sexo masculino que participaram da amostra, têm idade entre 22 e 55 anos, com média de idade de 31 anos, a maior parte destes usuários responderam que eram solteiros e com ensino médio completo, tendo cada um profissões diferenciadas, sendo estas respectivamente: vigilante, comerciante, pedreiro, eletricitista, marceneiro e costureiro, dois deles não exercem trabalho remunerado, três exercem trabalho remunerado eventualmente e os outros dois exercem trabalho remunerado em período integral.

Gráfico 1 – Gênero dos participantes da pesquisa

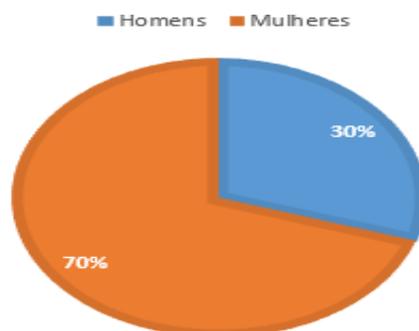


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Diante de tudo que foi analisado no quadro 7, o que fica mais perceptível é que 21 mulheres são responsáveis familiar pelo recebimento do PAB, pode-se entender com isso,

que quando o legislador criou o novo programa social, ele também quis continuar dando preferência a mulher como titular do programa, assim como era no programa anterior, pois acredita-se que com isso a mulher será beneficiada e poderá trazer mais benefícios para o seu lar (FERREIRA, 2012; ARRUDA, 2017; BRASIL, 2004; 2021a).

Gráfico 2 – Responsáveis familiar pelo recebimento do PAB

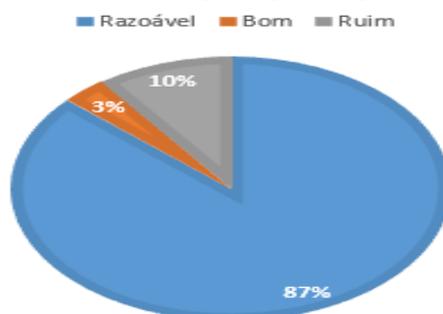


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

5.4 Nível de contribuição do PAB sobre a vida dos usuários e suas famílias

Baseando-se pelo que foi coletado depois da aplicação do questionário aos 30 participantes da pesquisa, foi possível perceber o nível de contribuição do programa para com eles e suas famílias. Pôde-se averiguar que para 26 participantes, o PAB tem contribuído razoavelmente para a melhora da qualidade de vida de suas famílias; 1 participante disse que o programa presta uma boa contribuição para com a sua família, e por fim, 3 participantes responderam que com o PAB não houve melhora na qualidade de vida da sua família, pois consideram que tudo hoje em dia está muito caro, fazendo com que o valor do benefício não supra suas necessidades adequadamente.

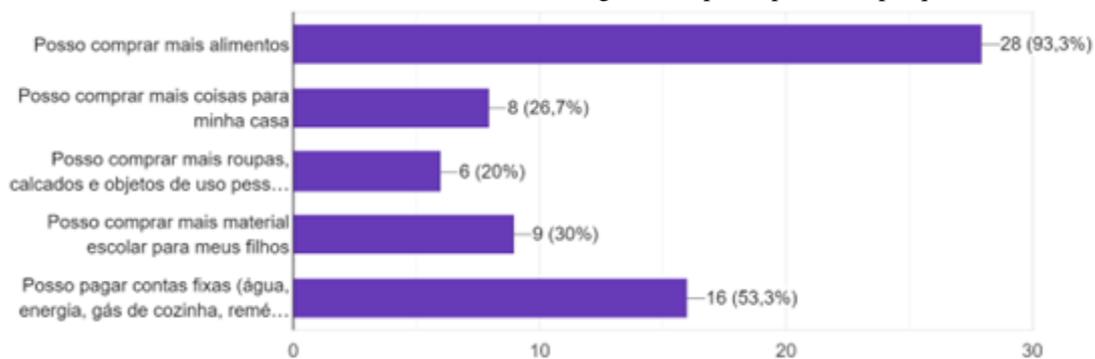
Gráfico 3 – Nível de satisfação dos participantes após o recebimento do PAB



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Ainda de acordo com as declarações dos 30 participantes, eles utilizam o PAB para as seguintes finalidades: comprar mais alimentos; comprar mais coisas para suas casas; comprar mais roupas, calçados e objetos de uso pessoal; comprar mais material escolar para seus filhos; pagar contas fixas (água, energia, gás de cozinha, remédios etc), sendo que a grande maioria deles, disseram que o benefício os ajuda para comprar mais alimentos.

Gráfico 4 – Finalidade do PAB segundo os participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral identificar os principais fatores do PAB sobre a vida financeira de usuários residentes no bairro Encosta de Baixo, no Município de Aracoiaba-CE, ou seja, saber se o presente programa social os tem auxiliado na solução de dificuldades financeiras, e foi possível identificar esses fatores através da aplicação de questionários na pesquisa de campo.

Foi proposto, no primeiro objetivo específico deste trabalho, apresentar os indicadores do Programa Bolsa Família, onde são apresentados, através de uma tabela demonstrativa, o total de famílias que foram beneficiadas pelo PBF em 2019, como também os recursos do Programa que foram repassados pelo Governo Federal. Pode-se comprovar, portanto, que milhões de brasileiros faziam uso do programa, somando em dezembro do mesmo ano um total de 13.170.607 de famílias beneficiadas pelo Programa.

O segundo objetivo específico solicitou traçar um perfil dos usuários do PAB, dos quais foram levantados os seguintes dados: nome do participante, estado civil, sexo, idade, profissão, escolaridade, trabalho remunerado, número de pessoas na casa, número de filhos, responsável familiar pelo PAB, há quanto tempo recebe o benefício, valor que recebe do PAB, renda total da família somada com o programa.

O último objetivo específico propôs analisar os indicadores e resultados do PAB no contexto de seus usuários sendo que, dos 30 participantes da amostra, 23 eram mulheres ou mães, tendo idades entre 20 e 57 anos, com a média de idade de 39 anos; deve-se dizer que a maioria se encontrava em união estável ou eram casadas e poucas tinham concluído o ensino médio, predominando, assim, 4 profissões entre 23 usuárias, das são: donas de casa (6), agricultoras (5), serviços gerais (2) e costureiras (2).

Os 7 usuários do sexo masculino que participaram da amostra, têm idade entre 22 e 55 anos, com média de idade de 31 anos. A maior parte destes usuários responderam que eram solteiros e com ensino médio completo, tendo cada um profissões diferenciadas, sendo estas respectivamente: vigilante, comerciante, pedreiro, eletricista, marceneiro e costureiro, dois dos usuários não exercem trabalho remunerado, três exercem trabalho remunerado eventualmente e os outros dois exercem trabalho remunerado em período integral.

Baseando-se, portanto, pelos resultados da pesquisa de campo, foi possível perceber o nível de contribuição do PAB para com os usuários. Segundo a grande maioria

deles, o programa traz contribuições razoáveis para suas vidas, porém, é bom destacar que o mesmo poderia ser aperfeiçoado no que se refere ao valor dos benefícios.

É essencial dizer que ainda, que os servidores públicos que realizam o cadastro do PAB, devem cada vez mais conscientizar os usuários que ele é um programa de caráter provisório, ou seja, é uma política pública que tem como objetivo contribuir com as famílias necessitadas até que elas consigam se emancipar para que com isso não dependam mais do governo.

Seria essencial, portanto, que fossem realizados estudos sobre o estado propiciar aos usuários do PAB mais oportunidades de obterem empregos, pois como foi dito, o programa é provisório e o que realmente pode trazer mudanças na vida de uma pessoa é o trabalho decentemente remunerado, e unido a isto, uma inflação equilibrada, pois através destes meios, é possível que a declaração de um usuário do PAB, afirmando que tudo está muito caro, pare de se refletir sobre sua vida, e também sobre a vida de muitos outros usuários que também pensam dessa forma.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Poliana Aparecida de. **Programa Bolsa Família sobre o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo**. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- BOAS, Lathare Caroline Vilas. **A implementação da política de assistência social: um estudo de caso sobre o funcionamento do CRAS no município de Itumirim-MG**. 2015. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Curso de Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2ª ed. Brasília, DF: UnB, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 114/2021. Brasília, DF, 2022. 156 p.
- BRASIL. **Decreto nº 10.852, de 8 de Novembro de 2021**. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2021b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10852.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.852%2C%20DE%208,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 23 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/L10.836impressao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil**. Brasília, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#oque>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Boletim**. Brasília, 2021e. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/boletim>. Acesso em: 04 de abril 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 04 de abril 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Mais recursos financeiros do IGD-PBF já estão disponíveis**. Brasília, 2021d. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/mais-recursos-financeiros-do-igd-pbf-ja-estao-disponiveis>. Acesso em: 01 abril 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF**. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paif>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Boletim nº 02 da Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2014. Brasília, 2014. 20 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **CRAS, um lugar de (re)fazer histórias**, 2007. Brasília, 2007. 56 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada**, 2011. Brasília, 2011. 149 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**, 2009. Brasília, 2009. 72 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**, 2005. Brasília, 2005. 64 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual do Pesquisador – Programa Bolsa Família**, 2018. Brasília, 2018. 86 p.

BÜHLER, Melina. **Políticas sociais: o programa de transferência de renda Bolsa Família e seu impacto financeiro nas famílias beneficiadas no município de Flores da Cunha**. 2013. 61 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

CHALA, Débora Costa Branco. **Impacto do programa bolsa família na educação**. 2011. 45 f. Monografia (Especialização em Políticas Educacionais) - Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia & foco**, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2009. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.843.8765&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DE SOUZA, Pedro H. G. Ferreira; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Texto para Discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, n. 2499, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 04 abril 2022.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2934/1/12350.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FARIAS, Franciane das Chagas. **Programa bolsa família: impactos na qualidade de vida dos beneficiários**. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, PB, 2019.

FERREIRA, Valdeci da Silva. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA**. 2012. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil municipal de Aracoiaba**. Fortaleza, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Aracoiaba_2017.pdf. Acesso em: 25 Mar. 2022.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização?. **Revista de Economia Política**, v. 26, n 4, p. 564-574, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4qDF8Yvm33v8bMPLHrbBK7P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

LAURINDO, Erika dos Santos. **O Programa Bolsa Família na perspectiva dos trabalhadores do CRAS de Ceilândia Sul: uma questão de direito?**. 2009. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

MAGALHÃES, Rosimere da Silva. **Uma análise sobre os impactos do Programa Bolsa Família: 2003 a 2014**. 2015. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios, RJ, 2015.

MATTAR, Fauze Najib, **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Determinantes da gestão do Programa Bolsa Família: análise do índice de gestão descentralizada em Minas Gerais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 214-226, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família. **II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas e Desenvolvimento Social**, Franca, v. 2, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsa-familia.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

RODRIGUES, Adriane Aparecida. **O Programa Bolsa Família e o desenvolvimento da rede de atendimento em Imbaú (PR)**. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2012.

ROMERO, Julio Alfredo Racchumi; HERMETO, Ana Maria. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família sobre Indicadores Educacionais: uma abordagem de regressão descontínua. **Encontro Nacional de Economia, ANPEC**, Niterói, v. 37, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.anpec.org.br%2Fencontro2009%2Finscricao.on%2Farquivos%2F000-c1356554aa37dfe2e7daa6708e30ba7d.doc&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 21 mar. 2022.

RUSCHEL, Mariele Stertz; JURUMENHA, Mary Andrea Alves; DUTRA, Patrícia Vicente. Os programas de transferência de renda no Brasil e a institucionalização do Programa Bolsa Família. **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política**

Social, Florianópolis, SC, p. 1-9, 2015. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180793/Eixo_3_094.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 abril 2022.

SANTOS, Edina Maria de Souza. **O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus: Reflexões sobre os limites e possibilidades**. 2012. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, 2012.

SANTOS, Raiane Kelly Barroso dos. **O Programa Bolsa Família como política pública e seu impacto na educação: estudo em um município no interior do Ceará**. 2016. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Luiz, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/9bwbjBR9h4GtvChDNTZhdMH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SILVA, Maria Auxiliadora Marcolino da. **Turismo rural e agricultura familiar em cidades do Maciço de Baturité/Ceará**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, Tázya Coelho. **Programas de Transferências de Renda: Do merecimento por destituição a destituição de direitos**. 2011. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

XAVIER, Ana Luiza Bernardes Pereira. **A relevância do Cadastro Único nos programas: Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF)**. 2019. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA****1. Qual é o seu gênero?**

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer

2. Qual o Estado Civil?

- Solteiro(a)
- União Estável
- Casado(a)
- Viúvo(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)

3. Qual a sua idade?

4. Qual a sua escolaridade?

- Sem Escolaridade
- Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º Grau) Completo
- Ensino Médio (2º Grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º Grau) Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo

5. Você exerce trabalho remunerado?

- Não
- Sim, período integral
- Sim, meio período
- Sim, trabalhos eventuais

6. Qual é a sua profissão?

7. A casa em que sua família reside é:

- Emprestada ou cedida
- Própria em pagamento
- Própria já quitada
- Alugada

8. Quantas pessoas residem na sua casa? (incluindo você)

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

9. Quantos filhos você tem?

- Nenhum
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

10. Responsável familiar:

- Homem
- Mulher

11. Há quanto tempo você recebe o Auxílio Brasil/Bolsa Família?

- Até 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos ou mais

12. Qual a renda mensal total de sua família (Incluindo o Auxílio Brasil)?

- Até R\$ 500,00
- De R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00
- Acima de R\$ 1.000,00

13. Quanto é o valor do seu Auxílio Brasil?

14. Quanto a sua família gasta mensalmente com cesta básica?

- De R\$ 100,00 a R\$ 200,00
- De R\$ 200,01 a R\$ 300,00
- De R\$ 300,01 a R\$ 400,00
- Acima de R\$ 400,00

15. O auxílio Brasil supre de forma satisfatória as necessidades de sua família?

- Sim
- Não

16. Qual o seu nível de satisfação com o valor que você recebe do Auxílio Brasil?

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Bom
- Ótimo

17. Em que o Auxílio Brasil tem contribuído para melhoria da sua qualidade de vida? (pode assinalar mais de uma opção)

- Posso comprar mais alimentos
- Posso comprar mais coisas para minha casa
- Posso comprar mais roupas, calçados e objetos de uso pessoal.
- Posso comprar mais material escolar para meus filhos
- Posso pagar contas fixas (água, energia, gás de cozinha, remédios etc)

18. Melhorou algo na qualidade de vida da sua família após o início do recebimento do Auxílio Brasil? O quê?
